ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2018-01-22	
O Secretário da Mesa	
Duarte Pacheco (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Duarte Pacheco (Assinatura Qualificada) Date: 2018.01.22 16:22:54 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 838 / XIII (3 .ª)

Assunto: Esclarecimentos sobre Aumento nas Portagens

Destinatário: Min. do Planeamento e das Infraestruturas

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Vem sendo notícia diária os aumentos nas portagens para 2018, e de forma bem elucidativa:
«O grito de desconforto foi dado pela Plataforma de Entendimento, ao manifestar surpresa pelos aumentos penalizarem regiões cuja economia foi arrasada pelo efeito dos incêndios, pedindo, por isso, a abolição de tais custos.»

«Mas também é certo que uma atualização, por pequena que seja, se incidir em valores mais altos, como é o caso de alguns percursos do interior, o resultado traduz-se num aumento absoluto mais pesado. Por outro lado, o impacto da atualização nas vias aqui consideradas tornou-se mais significativo nas classes 2, 3 e 4, ou seja, em veículos vulgarmente associados a atividades económicas.»

«De acordo com a Infraestruturas de Portugal, (…) No caso da A23 - Beira Interior, o percurso que vai de Abrantes até à Guarda, sob concessão da Globalvia, também teve aumentos. Com base na informação prestada pela empresa, verifica-se que houve subidas em cinco pórticos para a classe 1, em três para a classe 2 e outros tantos para a classe 3, e sete pórticos com agravamentos para a classe 4. Onde houve aumentos, foi sempre de cinco cêntimos por pórtico.»

«Revisão ainda em cima da mesa. A perplexidade dos utentes do interior com o acréscimo consumado das tarifas surge depois de o ministro Adjunto, Pedro Siza Vieira, ter admitido em meados de novembro último, no Parlamento, no âmbito da preparação do Orçamento do Estado para este ano, a "revisão das portagens nas vias rodoviárias do interior", especialmente dirigida "às empresas localizadas na região" e aos "serviços de transportes pesados de mercadorias".»

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm endereçar as seguintes questões ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, através de V. Exa:

1 – Qual a lógica destes aumentos a penalizarem as regiões mais desfavorecidas?

2 – Qual a lógica destes aumentos a incidirem sobre atividades económicas naquelas regiões já de si penalizadas pela interioridade?
3- Qual a lógica destes aumentos em regiões tão fustigadas este ano pelos incêndios devastadores?
4 – Qual a lógica destes aumentos quando ainda recentemente – mais concretamente em novembro – o senho Ministro Adjunto anunciou precisamente que estas iriam ser revistas?
5 – Esta decisão é do Ministro do Planeamento e Infraestruturas? Porque não estão estas alterações nas portagens em concordância com o que anunciou o Ministro Adjunto?

Palácio de São Bento, 19 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

JOEL SÁ(PSD)

PAULO RIOS DE OLIVEIRA(PSD)

FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

LUÍS CAMPOS FERREIRA(PSD)

CRISTÓVÃO CRESPO(PSD)

ÂNGELA GUERRA(PSD)

PAULO NEVES(PSD)

CARLA BARROS(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

LUÍS VALES(PSD)

CARLOS SILVA(PSD)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.